

38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

**GT26 O pensamento social latino-americano: legado e desafios
contemporâneos**

**Por uma aproximação à formação e ao debate venezuelano sobre a dependência
Raphael Lana Seabra***

* Professor de Sociologia do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). raphaelseabra@hotmail.com

Por uma aproximação à formação e ao debate venezuelano sobre a dependência

Raphael Lana Seabra

Introdução

A proposta deste ensaio é apresentar ao público brasileiro uma aproximação à formação e ao aporte venezuelano à teoria da dependência através do resgate das contribuições de seus principais expoentes. É bastante comum encontrarmos referências aos eixos geográficos de desenvolvimento e refinamento do debate sobre a dependência. Seriam, portanto, três centros principais nesse processo: Brasil, Chile e México (Dos Santos, 1991; Ouriques, 1997). Embora seja correto atribuir centralidade a esses eixos geográficos, na maior parte das vezes esse método não permite vislumbrar a presença e a especificidade do debate sobre a dependência em outras regiões da América Latina e do mundo subdesenvolvido, tais como o debate caribenho, o debate africano e o debate venezuelano. As duas primeiras regiões foram analisadas tanto por Bjor Hettne e Magnus Blömström (1984) e mais recentemente Eduardo Devés-Valdés e César Ross Orellana (2009).

O caso venezuelano é substantivo, uma vez que as discussões sobre o subdesenvolvimento já haviam se institucionalizado pouco após a reabertura democrática, tanto na reformulação da *Facultad de Ciencias Económicas y Sociales de la Universidad Central de Venezuela*, como também com a criação do *Centro de Estudios del Desarrollo* (CENDES) que elaborou o primeiro programa de pós-graduação da América Latina sobre questões do desenvolvimento. Esse debate tem a especificidade de responder às problemáticas de uma nação, que embora possua divisas suficientes geradas por seu setor petrolífero, siga aprofundando sua natureza dependente. Muitas das questões levantadas pelos debatedores dessa estrutura dependente são referidas à desnacionalização de seu setor petrolífero, ao caráter anti-industrializante considerado o excesso de divisas, concentrador de renda pela disjunção na formação do mercado

interno e à aparentemente democracia que resultam desta forma de integração ao mercado mundial. Propomos-nos a apresentar as contribuições de Felipe Domingo Maza Zavala, principalmente sua obra *Los Mecanismos de la Dependencia*, Armando Córdoba e Héctor Silva Michelena, com destaque para *Aspectos Teóricos del Subdesarrollo* e Héctor Mavalé-Mata, com sua obra *El anti-desarrollo en Venezuela*. Além disso, ressaltamos que o Congresso Cultural de Cabimas sobre Dependência e Neocapitalismo realizando em dezembro de 1970 resultou num documento fundamental para compreender a consolidação do debate venezuelano sobre a dependência.

São muito escassas as fontes de análise centradas sobre o desenvolvimento da teoria da dependência na Venezuela. Ao final, pretendemos com esse resgate reforçar a natureza “paradigmática” do subdesenvolvimento-dependência para as ciências sociais latino-americanas, como também avaliar a importância de aportes intelectuais menos conhecidos a essa corrente.

2. O contexto da formação do debate venezuelano sobre o subdesenvolvimento e a dependência

É bastante conhecido o fato de que as ideias e concepções sobre o *desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico* começaram a circular amplamente a partir de 1945, mais especificamente após a criação da Organização das Nações Unidas e de suas várias comissões econômicas regionais¹. Claro que foram comissões econômicas e debates voltados ao desenvolvimento do capitalismo na região periférica e inseridos no contexto de novos processos de independência nacional na África e na Ásia, que frente ao mundo dividido entre capitalismo e socialismo, tornava-se urgente a criação de um receituário capaz de desenvolver economicamente os jovens Estados.

¹ A Comissão Econômica para a África das Nações Unidas (ECA) em Addis Ababa (Etiópia); e a Comissão Econômica e Social para a Ásia e Pacífico (ESCAP) em Bancoc (Tailândia).

A criação dessas comissões econômicas regionais abriu a possibilidade de se discutir localmente os entraves para o desenvolvimento. O caso mais expressivo e exitoso de formação de uma corrente teórica estruturada e original se deu no interior da Comissão Econômica para América Latina (Cepal), principalmente após a publicação do *Relatório Econômico da América Latina de 1949*, também conhecido como Manifesto Latino-Americano redigido pelo argentino Raúl Prebisch. Nesse Manifesto Raúl Prebisch convidava os jovens economistas latino-americanos à independência teórica e à contestação do falso consenso de universalidade, principalmente as pretensões universalistas das teorias do desenvolvimento, evidentes na obra de Walter Rostow.

A originalidade do estruturalismo cepalino repousa no postulado de que tanto o desenvolvimento como desenvolvimento constituem um processo único de desenvolvimento do sistema capitalista mundial e que as desigualdades entre países centrais (industrializados) e países periféricos (primário-exportadores) tende a se reproduzir através do comércio internacional (Kay, 1991: 102). Esse esquema centro-periferia toma como ponto de partida a economia capitalista mundial, e as consequências para as economias nacionais. Mas a força desse esquema vai além de apontar as assimetrias no desenvolvimento econômico das nações, reside principalmente em sua crítica à teoria clássica do comércio internacional. Até então se defendia que o intercâmbio internacional amparado nas vantagens comparativas levaria ao equilíbrio em favor de todos os participantes. Os intelectuais reunidos na Cepal demonstraram empiricamente que a tendência concreta e permanente à deterioração dos termos de troca aprofundava o fosso de desenvolvimento entre os países primário-exportadores e os países industriais em favor dos últimos (Marini, 1992).

A viabilidade de se superar essa tendência se daria através do processo de industrialização por substituição de importações (ISI) o qual com base na ação estatal na propriedade das indústrias estratégicas, na distribuição de renda, na definição de tarifas e barreiras às importações, na construção de infraestrutura, na execução da reforma agrária

e no controle da entrada de capital estrangeiro. Essa viabilidade parecia possível diante da desorganização temporária do mercado mundial, principalmente entre 1914 e 1945, dado o processo de industrialização substitutiva espontânea experimentada pela América Latina. A partir de tal constatação foi proposta a tese da fase I ou simples da ISI: seriam substituídas as importações de bens manufaturados através do estímulo da indústria nacional; a segunda fase seria mais complexa, pois exigiria o enfrentamento da dependência tecnológica e o poder dos setores latifundiários, tanto para o desenvolvimento da indústria de bens de capital como da formação do mercado interno.

É no momento de atravessar a fase II da ISI que o estruturalismo cepalino ou desenvolvimentismo apresenta os primeiros sinais de crise devido à impossibilidade de enfrentar radicalmente o sistema latifundiário, o assédio do capital imperialista na forma de investimentos diretos ou associados, a distribuição regressiva de renda. São elementos indicativos da crise estrutural que se abatia sobre a região nos anos 1960.

De acordo com Marini (1992) parte da crise do desenvolvimentismo cepalino resultava da crítica recebida logo no começo dos anos 1960 por parte de uma intelectualidade que foi formada sob a influência da CEPAL, mas que não pertencia a essa corrente de pensamento. O outro elemento importante para o surgimento de uma nova corrente teórica foram os limites das teses dos Partidos Comunistas da região sobre a revolução no subcontinente. A reorganização do mercado mundial pós-1945 sob a hegemonia dos Estados Unidos e a natureza associada das burguesias nacionais colocará por terra qualquer crença numa burguesia supostamente nacionalista.

Desde seu surgimento a teoria da dependência representou o esforço de diversos intelectuais dos mais distintos matizes em se desprender e superar o referencial desenvolvimentista quanto o comunista que hegemonizavam as orientações políticas e intelectuais. Portanto, o novo enfoque objetivava não somente uma alternativa teórica, como também política à crise estrutural do capitalismo latino-americano. Como esforço coletivo a sua formulação não pode ser atribuída a um ou dois intelectuais, senão que a

teoria da dependência exige uma mirada de conjunto, devido à série de enfoques distintos, com níveis maiores e menores de abstração. Soma-se a essa característica outra, relativa aos níveis distintos de desenvolvimento dos países latino-americanos, uma vez que mesmo partindo de uma condição geral de integração dependente ao mercado mundial no século XIX, as condições políticas internas, a pauta de exportações e o peso relativo das economias no cenário regional e internacional desde então criaram condições específicas de desenvolvimento dependente. É justamente da articulação do nível mais geral do marco dependente com as estruturas concretas de seu desenvolvimento que reforça a heterogeneidade acima referida.

O surgimento do debate sobre a dependência na Venezuela apresenta algumas coincidências com os elementos acima indicados. Estas foram elencadas por Héctor Silva Michelena: “a) a crítica à teoria recebida dos então chamados ‘centros’; b) a crítica às proposições da Comissão Econômica para América Latina (Cepal); e c) o repensar e questionar as ideias que emanavam da esquerda latino-americana, particularmente dos partidos comunistas e trotskistas” (Silva Michelena, 2007: 105).

Mas é importante ir além das semelhanças e buscar as particularidades da formação do pensamento dependentista venezuelano. Assim como muitos países latino-americanos a Venezuela foi até a segunda década do século XX um país agropecuário, cujo maior item de exportação era o café seguido pelo cacau. Do ponto de vista da inserção no mercado mundial não representava uma nação economicamente significativa para as potências imperialistas. Esse padrão exportador dá um salto qualitativo com o desenvolvimento da extração petroleira em escala industrial ao final dos anos 1920 até se converter no eixo dinâmico da economia. Essa transformação na estrutura econômica do país levou uma série de intelectuais à reflexão sobre os efeitos que a nova riqueza e sua renda distribuída pelo Estado proprietário do solo teriam sobre o desenvolvimento da sociedade. Apesar de perceberem as possibilidades de desenvolvimento trazidas pelo

recurso natural estratégico, eram reflexões pouco sistemáticas e voltadas para uso político, muitas vezes inclusive moralizante e pessimista.

Esse é o caso da consigna “Semear o Petróleo” de Artur Uslar Pietri: o destino da crescente renda petroleira deveria ser o investimento produtivo e não ao gasto corrente. Todavia essa versão de “Semear o Petróleo” irá esbarrar no conflito ético-moral entre a apropriação privada de uma riqueza a princípio pública. Uslar Pietri construiu uma espécie de tipo de ideal do capital produtivo, cuja ética não reside no simples monopólio da propriedade e nem no “comprar barato para vender caro”, mas sim nas capacidades produtivas, gerenciais e na troca de equivalentes no mercado. Portanto, via a renda petroleira que fluía para seu país como uma forma de renda eticamente ilegítima, que seria uma antessala para a corrupção, a ineficiência e o parasitismo das classes dominantes (Mommer e Baptista, 1987, p.33-46).

O limitado desenvolvimento econômico combinado com a afluência de abundantes recursos da renda petroleira, como também o clima político ditatorial² são causas da letargia intelectual que a Venezuela sofreu nos primeiros cinquenta anos do século XX. Ainda que as primeiras propostas desenvolvimentistas tenham sido esboçadas no curto intervalo democrático de 1945-1948³ e timidamente continuadas pela ditadura do general Marco Pérez Jiménez (1950-1958), não é possível falar de substituição de importações na Venezuela antes de 1959 (Silva Michelena, 2007, p.61). Ao contrário de outros países latino-americanos como Brasil, Argentina, México e Uruguai que tiveram certas limitações em sua capacidade de importar por conta da queda dos preços de suas exportações dados os dois conflitos mundiais e a grande depressão, a natureza estratégica do recurso petroleiro venezuelano não fez minguar o aporte de divisas no país,

² O golpismo militar foi uma constante na primeira metade do século XX na Venezuela: general Cipriano Castro (1899-1908), general Juan Vicente Gómez (1908-1935), general Eleazar López Contreras (1936-1941) e Isaías Mendina Angarita (1941-1945), a curta experiência democrática do *triênio adeco* sob a presidência interina de Rómulo Bitencourt e da presidência de Romulo Gallegos (1945-1948) e, novamente, o general Carlo Delgado Chalbaud (1948-1950) e o general Marco Pérez Jiménez (1950-1958).

³ Segunda concepção de “Semear o Petróleo” de Rómulo Betancourt.

sustentando elevados índices de importação de bens manufaturados (Furtado, 2008, p.43). Essa peculiaridade teve como consequência a tendência anti-industrializante no país, onde a dependência era caracterizada pela coincidência de interesses político-econômicos das empresas petroleiras estadunidenses e anglo-holandesas com as frações capitalistas comercial e bancária, que tinha nos Estados ditatoriais seus interesses representados.

A letargia intelectual causada pelo bloco no poder até fim dos anos 1950 pode ser constatada na censura imposta à missão da Cepal no país dirigida por Celso Furtado entre maio e agosto de 1957. A proposta feita por Raúl Prebisch ao governo venezuelano era a de que Furtado realizaria um estudo preliminar sobre a economia nacional e com base em tal estudo um curso intensivo para formar especialistas em políticas do desenvolvimento. Em suas memórias, Furtado escreve que não era preciso muita argúcia para saber que por detrás das gigantescas obras infraestruturais corriam rios de corrupção que alimentavam a ditadura *perezjimenista*. Ao concluir seus estudos sobre o desenvolvimento econômico venezuelano e dirigir-se aos Estados Unidos, em dezembro de 1957, Furtado recebe uma carta de Santiago do Chile assinada por José Antonio Mayorbe que lamentava a proibição da circulação de seus resultados tanto dentro da Venezuela como sua publicação pela Cepal no exterior. Nas palavras do autor, “comunicou-se à Cepal que o governo venezuelano considerava o trabalho como *não existente* para qualquer fim” (Furtado, apud, D’Aguiar Furtado, 2008, p.18).

Somente com a abertura democrática em fevereiro de 1958 que o estudo de Celso Furtado passou a circular na Venezuela, ora como assinado por seu autor, ora como estudo anônimo. O que importa ressaltar é que somente a partir desta data é que “se começa a discutir com vigor o problema de nosso desenvolvimento ou subdesenvolvimento, suas causas e suas possíveis vias de superação” (Silva Michelena, 2007, p. 103). Como bem observa um dos membros diretos da formação da corrente

dependentista venezuelana, Armando Córdova, o ambiente de liberdade resultante do restabelecimento da democracia

“permitiu-nos começar a superar a muito arraigada tradição implantada, de buscas as raízes de todos os nossos problemas e contradições irresolúveis numa pressuposta ‘incapacidade coletiva’ para elucidá-las, devido ao pecado original de nossa remota herança étnico-cultural atrasada e heterogênea” (Córdova, 2007, p. 364).

Um dos primeiros passos para a liberação intelectual no país foi a reforma curricular da *Facultad de Ciencias Económicas y Sociales* (FACES) da Universidade Central da Venezuela. Desde então foram introduzidos os estudos fundamentados na literatura marxista, estruturalista-cepalina, da história econômica nacional e latino-americana. Com o triunfo da Revolução Cubana em 1959, principalmente os debates na corrente marxista adentraram com grande força a FACES. A criação do Centro de Estudos do Desenvolvimento (CENDES) em 1961 foi outro elemento que alavancou o debate sobre o subdesenvolvimento e a dependência na Venezuela. O Centro era dirigido por José Augustín Silva Michelena e Germán Carrera Damas e foi um dos primeiros centros universitários de pós-graduação e pesquisa da América Latina voltada exclusivamente para os problemas do desenvolvimento e planejamento. Seu objetivo declarado era a formação do “cientista social latino-americano”, ou seja, daqueles intelectuais que se dedicam à pesquisa dos processos históricos e atuais das sociedades da região desde um ponto de vista crítico, desenvolvendo uma perspectiva latino-americana e colocando em marcha novos enfoques teóricos e metodológicos sobre várias esferas do conhecimento social (Sonntag, 1988, p.72, 104-105).

A Universidade Central da Venezuela reuniu e promoveu sistematicamente o debate sobre a teoria da dependência e entre seus principais expoentes temos: José Augustín Silva Michelena, Domingo Felipe Maza Zavala, Héctor Silva Michelena, Armando Córdova, Francisco Miéres, Max Flores, Heinz Sonntag e Héctor Mavalé Mata. Nos anos 1960 e 1970 foi lançado um conjunto de livros, revistas, artigos de jornal, conferências e fóruns divulgando a problemática do subdesenvolvimento e a forma de

superá-lo (Rivas Aguilar e Hernández, 2006, p. 174, 177). Dentre essas produções tem grande destaque o *Congreso Cultural sobre Dependência e Neocolonialismo* realizado em dezembro de 1970 que reuniu os intelectuais mais influentes sobre o debate dependentista do país. Os ensaios de Héctor Silva Michelena, Héctor Mavalé Mata e Felipe D. Maza Zavala apresentados nesse congresso foram reunidos sob o título *Venezuela, economía y dependencia* (Maza Zavala, 1971), essa obra é importante não apenas por ser o registro do nível do debate no país, mas principalmente por representar o esforço coletivo em compreender os traços fundamentais do desenvolvimento histórico, econômico, social e político venezuelano à luz do enfoque dependentista.

4. A visão crítica do subdesenvolvimento de Armando Córdova e Héctor Silva Michelena

Para nos aproximarmos do aporte de Armando Córdova e Héctor Silva Michelena é de suma importância começar por *Aspectos Teóricos del Subdesarrollo*, obra publicada pela primeira vez em 1967 e que reúne três artigos produzidos por Córdova, dois por Silva Michelena e outro redigido em parceria por ambos e anteriormente publicados na *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* entre 1963 e 1965. Destacamos dois artigos seminais dessa coletânea, o primeiro *Definición y morfología del subdesarrollo económico*, de autoria de Córdova e o segundo *La estructura económica de los países subdesarrollados* de autoria dos dois autores em questão.

Em seu artigo clássico, *Definición y morfología del subdesarrollo económico*, Armando Córdova parte do interesse despertado pelos problemas do crescimento econômico pós-1945, interesse que imediatamente substituí o velho e depreciativo termo “países atrasados”, por outro mais diplomático e sofisticado de “países subdesenvolvidos”. A aparição deste novo termo ocorre nas sessões das Organizações das Nações Unidas por volta de 1945. É importante destacar que foi um termo que logo ganhou quase imediata adesão das ciências sociais, porém, sua utilização foi também

imediatamente polêmica. Assim, de um lado essa nova concepção pareceu a princípio constranger alguns países enquadrados no campo subdesenvolvido, como Índia, México e Espanha, uma vez que eram nações com um patrimônio cultural antigo; por outro, não havia acordo comum a respeito do conteúdo exato da denominação. As dificuldades começavam pela própria definição trabalhada pela ONU que utilizava o conceito com base nas comparações das rendas *per capita* dos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Europa Ocidental. Portanto, qualquer país que não alcançasse a renda *per capita* próxima a este conjunto de países era definido como subdesenvolvido.

Obviamente transformar o termo subdesenvolvido em “sinônimo de país pobre, longe de esclarecer, não faz outra coisa que dificultar o problema” (Córdova, 1973, p.13). Também considerar o conceito de “subdesenvolvimento econômico” como “termo técnico” que expressa simplesmente a incapacidade de uma economia em superar o limite de US\$ 500 de renda *per capita* tem duas consequências nefastas para o termo: primeiro, seu alcance seria muito limitado, perderia sua característica qualitativa para se constituir num simples critério estatístico; em segundo lugar, este critério deixa de lado um conjunto significativo de características comuns nos países que se procura definir e centra exclusivamente no critério renda por habitante, o que de longe definiria o subdesenvolvimento. Assim, o *Critério de Renda ou Produto Interno Bruto por Habitante* apresenta uma série de limites donde “todo país avançado deve ter uma alta renda por habitante, mas nem todo país que tenha uma alta renda por habitante é desenvolvido” (Idem, p.19), os dados apresentados pelo autor são suficientes para desfazer essa concepção, pois conforme os dados levantados em 1960 sobre o PIB per capita, haveria grande proximidade entre o venezuelano (US\$ 1.166) e francês (US\$1.169), o que obrigaria qualquer um a admitir que o país sul-americano era desenvolvido, ou que o país europeu era subdesenvolvido. Portanto, destaca Córdova que é de suma importância considerar também outras medições como sua real distribuição interna.

Outros critérios também são levantados pelo autor para a caracterização do subdesenvolvimento. Entre ele merece destaque o *Critério da Importância Relativa dos Setores Técnicos* apontado muitas vezes como indicador do nível de desenvolvimento, quer dizer, o peso dos diferentes setores ocupacionais no interior da estrutura econômica. Confunde-se muitas vezes a redução relativa da população e ocupação agrícola como sinônimo de desenvolvimento econômico. A questão levantada por Córdova é de que a população nos países subdesenvolvidos que abandona o campo pode ser empregada em diferentes setores (comércio, transporte, serviços) que não necessariamente o industrial, ou mesmo engrossar as filas da desocupação urbana. Essa é uma questão sensível até a atualidade, uma vez que se confunde redução da ocupação agrícola como desenvolvimento nacional, todavia, são análises que não consideram o colapso dos grandes centros urbanos latino-americanos com todos os seus problemas habitacionais, ocupacionais, educacionais, de saneamento e atendimento médico-hospitalar, sem falar na violência.

No curto espaço desse artigo não é possível comentar todos os critérios elencados pelo autor, basta a menção de outros mais como: o critério da carência de capitais, o critério Viner-Cepal, e baixo nível nutricional, insuficiência dos recursos médico-sanitários e indicadores de expectativa de vida.

Esses indicadores são importantes para caracterizar alguns aspectos do subdesenvolvimento. Muitos deles são consequências de outros números, como é o caso dos indicadores de expectativa de vida. A curta expectativa de vida em muitos países subdesenvolvidos são consequências das deficientes condições médico-sanitárias, do limitado consumo e do baixo nível educacional da população, causas que têm sua origem na baixa produtividade da economia, que por outro lado, não está desvinculada das condições de miséria em que vive a população, o que leva esse raciocínio a um círculo vicioso. Em síntese, “um país é pobre porque carece de meios de produção e carece deles

precisamente porque, sendo pobre, não é possível poupar o suficiente para acelerar o processo de acumulação” (Idem, 39).

Córdova propõe definir provisoriamente um país subdesenvolvido como “aquele que não possui a quantidade e qualidade suficiente de meios de produção necessários, nem a capacidade de sua força de trabalho para utilizar toda sua população ativa com nível de produtividade, de acordo com o que determina o nível técnico avançado de cada época, considerado o acervo de recursos naturais de que dispõe” (Idem, 40). Cabe ressaltar que para Córdova a qualidade e disponibilidade quantitativa de recursos naturais podem em determinados casos não significar um freio ao desenvolvimento econômico de países pobres em tais recursos. O caso de países como Inglaterra, Bélgica e Holanda demonstram que a carência de recursos naturais estratégicos ao desenvolvimento econômico foram compensados por sua expansão colonial. O autor conclui que o conceito de subdesenvolvimento tem de levar em consideração a existência de formas de trabalho semifeudal ou pré-capitalistas, principalmente na agricultura e, de outro lado, a predominância do capital monopolista estrangeiro nos países periféricos. “Isto significa que a carência de meios de produção característica dos países atrasados tem uma explicação de fundo na natureza das relações de produção que predominam em tais países” (Idem, 42).

No segundo ensaio redigido em coautoria por Córdova e Silva Michelena, *La estructura económica de los países subdesarrollados*, os autores partem do princípio de que “só através da análise estrutural dos países atrasados é que se podem obter os melhores frutos para a elaboração de uma teoria e prática coerentes, que nos sirvam de instrumentos eficazes para a consecução de nossa aspiração comum: ver nossos países convertidos em nações avançadas, donas de seu próprio destino” (Córdova e Silva Michelena, 1973, p.103). Portanto, o estudo da estrutura econômica compreende: a) a determinação dos diferentes sistemas existentes; b) a importância relativa dos mesmos; e

c) as conexões que se estabelecem entre os sistemas coexistentes e as modificações que se criam entre eles.

A) *A determinação dos diferentes sistemas existentes*: o objetivo é destacar um conjunto de similaridades e coincidências estruturais nos países atrasados que permitam dar certa representatividade a esse modelo de estrutura econômica. Temos então estrutura complexas compostas por vários sistemas econômicos que as integram; entre estes, os sistemas pré-capitalistas “(em especial as formas feudais ou semifeudais) têm um peso relativo importante dentro da estrutura, ao menos desde o ponto de vista da população” (idem, 105); quase todos os países – senão todos – giram ao redor dos países capitalistas avançados como países exportadores de produtos primários, muitas vezes o setor exportador é de propriedade estrangeira; a presença do setor capitalista externo e as transformações em alguns setores pré-capitalistas induzem ao surgimento de um setor capitalista interno; a complexidade dessa estrutura exige a participação ativa do Estado no processo produtivo, principalmente em obras infraestruturais. Essa variedade de formações histórico-sociais não deve ser entendida como estruturas contrapostas ou somatório simples de relações, mas como inter-relações e influências mútuas sobre a estrutura subdesenvolvida.

B) *Importância relativa dos diferentes sistemas dentro da estrutura econômica*: o percentual da população ativa ocupada em cada sistema, ou seja, elevada participação da população ativa nos setores pré-capitalistas e em especial na agricultura, a insignificante ocupação relativa no setor capitalista estrangeiro, em relação a seu produto criado, dado uso intensivo de capital e o predomínio da ocupação da força de trabalho no sistema capitalista interno nos setores de serviço (comércio e transporte) em detrimento da produção; essa estrutura ocupacional é reflexo da própria distribuição dos meios de produção entre cada um dos sistemas, os setores pré-capitalistas utilizam instrumentos atrasados e de baixa produtividade, e por outro lado, nota-se a elevada concentração de bens de capital nas mãos do setor capitalista externo; a ocupação e a distribuição dos

meios de produção indicam a baixa participação do setor nacional na produção dos bens de consumo necessários; tanto os sistemas pré-capitalistas como o setor capitalista externo produzem para o mercado mundial.

C) *O sistema fundamental e suas inter-relações com os demais sistemas*: de acordo com os autores o “sistema econômico fundamental de uma estrutura econômica [é] aquele que tem o maior peso desde o ponto de vista de sua influência sobre o funcionamento global de toda economia. (...) o critério básico para medir a importância global de um sistema é sua participação na produção de bens materiais” (Idem, p.111-112); outra questão é analisar em que medida cada um dos setores requer dos demais para realizar e distribuir o produto social, então temos, os setores pré-capitalistas onde parte é produzida para o autoconsumo e sua produção mercantil é majoritariamente voltada ao mercado externo, com mínimo efeito sobre a demanda interna de outros setores, no setor capitalista interno são quase nulos seus aportes de insumos ao setor pré-capitalista, as maiores possibilidades desses setores ocorrem pela associação com empresas estrangeiras, principalmente na forma de indústrias montadoras, para o setor capitalista externo praticamente o grosso de sua produção é exportada. Em resumo, são quase irrelevantes as conexões produtivas entre os diferentes sistemas.

Segundo os autores dois elementos são fundamentais para o desenvolvimento do mercado capitalista interno: o limitado efeito multiplicador do setor capitalista externo e o peso dos gastos públicos com obras infraestruturais e empregos públicos. Com o aumento da demanda interna, a desintegração do mercado interno desde o ponto de vista da oferta se torna ainda mais profunda. Esse aumento da demanda interna vê aumentar a tendência à satisfazer essa demanda com as importações.

Como consequência desta estrutura econômica os autores destacam algumas características mais destacadas dos países atrasados: *concentração da produção em um ou dois produtos principais de exportação*, que em determinados casos são cultivados em formas pré-capitalistas e em outros são monopolizados por capitais estrangeiros;

deformação da economia, em primeiro lugar pela falta de articulação da produção entre os diferentes setores, a proporção que cada setor guarda entre si desde a perspectiva da técnica e da tendência de se ampliar a brecha de produtividade do fator trabalho. A terceira consequência, a *dependência econômica*, recebe um tratamento mais detalhado pelos autores. A dependência econômica é definida nos seguintes termos:

“O conceito de dependência econômica a que queremos nos referir distingue não apenas a importância das relações econômicas entre dois países dados, senão que consideramos mais importante o grau de autonomia de cada um deles para tomar decisões que possam, eventualmente, ter influência (política ou econômica) sobre o outro. Se são analisadas desde este ponto de vista as relações econômicas internacionais, se chega à conclusão de que para os países colonizados pelo capital monopolista internacional essa autonomia não existe ou está compreendida entre limites muito estreitos. As economias desses países reagem, de certo modo, como variáveis dependentes das decisões dos outros. (...) Suas economias se encontram subordinadas a decisões tomadas no exterior, por um pequeno grupo de diretores de consórcios monopolistas cuja finalidade última é a maximização de seus lucros” (Idem, 120-121).

São apontadas três grandes categorias de países dependentes: a) *países coloniais*: “nesses países a dependência política serve de base à dependência econômica. (...) Este é o mais alto grau de dependência econômica concebível”; b) *países semicoloniais*: “trata-se daqueles países que alcançaram sua independência política, mas nos quais o setor capitalista estrangeiro é o fundamental. Venezuela é um exemplo dessa modalidade de dependência”; c) *dependência econômica simples*: “trata-se daqueles países nos quais o setor capitalista externo não é fundamental, mas as empresas estrangeiras controlam o mercado externo da produção criada no setor fundamental. Um exemplo desta categoria de países dependentes o constitui o Brasil” (Idem, 121).

A *mecânica da dependência* para esses autores é dada pelo investimento estrangeiro com a mais avançada técnica disponível em setores de seu próprio interesse

que converte os países receptores desses investimentos em mono-produtores e tornar suas economias altamente sensíveis às oscilações da produção e dos preços dos bens produzidos pelo capital estrangeiro. Além disso, através da participação do Estado na regulamentação desses setores e o retorno gerado – impostos e direitos –, ele acaba por converter os interesses imperialistas em parte de sua política econômica, o que torna o Estado periférico mais vulnerável às pressões do capital estrangeiro. Mas não apenas a mono-produção caracteriza a dependência econômica, na grande maioria dos países monoprodutores têm seu setor mais dinâmico controlado por empresas estrangeiras seja através da propriedade dos capitais investidos no setor e/ou seja pelo controle do mercado externo da produção (Idem, 122-123).

Para Córdova e Silva Michelena, não se trata simplesmente de se defender a propriedade privada nacional dos setores monoprodutores contra a propriedade estrangeira, uma vez que como setores capitalistas irão defender seus interesses de classe, aprofundando a heterogeneidade e deformação da economia nacional. Ao fim indicam a associação de interesses entre as classes burguesas nacionais e as classes burguesas estrangeiras, uma vez que as primeiras “encontraram nos grandes monopólios exploradores de seus países um poderoso aliado que as fortaleceram politicamente e as acompanharam na tarefa de frear o desenvolvimento social e econômico de suas comunidades. O próprio desenvolvimento da dependência permite a senhores feudais e mercadores recolher algumas migalhas do produto da exploração” (Idem, 124).

5. O Anti-desenvolvimento venezuelano de Héctor Mavalé Mata

Para analisar a contribuição de Mavalé Mata à teoria da dependência nos concentramos em três trabalhos mais representativos: *Rasgos Históricos de la Formación Económico-Social de Venezuela* (1971), *Formación Histórica del Antidesarrollo de Venezuela* (1974) e *Dialéctica del Subdesarrollo y Dependencia* (1972).

As duas primeiras obras indicadas são voltadas à caracterização da fundamentação histórica da dependência venezuelana. Na realidade o ensaio de 1971 foi apresentado na Conferência de Cabimas e resume muitos dos pontos que serão tratados no livro de 1974. Para o autor a estrutura da dependência venezuelana no século XX tem de ser buscada em seu passado colonial e no tortuoso trajeto político do século XIX⁴. A condição colonial havia desaparecido politicamente, mas sobrevivia econômica e socialmente em vários aspectos do sistema republicano estabelecido. Em primeiro lugar, a própria soberania política foi hipotecada pelos gigantescos empréstimos financeiros tomados – principalmente com a Inglaterra – para financiar a luta de independência política da metrópole espanhola. Em segundo lugar, o sistema latifundiário e os interesses dos grandes proprietários continuavam hegemônicos; em terceiro, a estrutura social colonial escravista foi mantida até 1854; A essas três sobrevivências coloniais somavam-se novos elementos que impediam o desenvolvimento e limitavam a soberania econômica do país: de um lado, “o comércio e outras atividades terciárias se desenvolviam sob a tutela do capital estrangeiro. (...) Assim, desde 1830 aproximadamente, se estabeleceram na Venezuela importantes casas comerciais (Boulton, Blohm, Fleury, Dalton, Bliss, Paoli, Graft, Brandt, Keogh, Meckelembury...) vinculadas a capitais de corporações europeias – principalmente alemã, frances e inglesas – e dedicadas a atividades financeiras, creditícias e corretoras” (Mavalé Mata, 1974, p. 121); de outro lado, na segunda metade do século XIX a economia venezuelana – assim como a latino-americana – já estava plenamente integrada à divisão internacional do trabalho, a economia nacional se orientava conforme as exigências da dinâmica da expansão capitalista europeia. Desde então, a região já começava a sentir plenamente as dificuldades geradas pelo princípio das vantagens comparativas, uma vez que como

⁴ Não é possível dentro de nossos limites refazer o percurso completo da história venezuelana no século XIX. Basta saber que desde o começo do processo de independência em 1810 até 1821 quando é consolidada a República Independente, passando pela Guerra Federal de 1859-1864 e novamente pelas disputas internas do caudilhismo militar que são encerradas em 1899 com o governo de Cipriano Castro, o país viveu intensamente marcado pela paralisia do conflito militar.

importadora de produtos manufaturados e exportadoras de produtos primários sua balança comercial era sempre negativa (Idem, 1971, p. 36, 38).

De acordo com Mavalé Mata, no interior da evolução socioeconômica latino-americana, a Venezuela segue até a primeira década do século XX de modo bastante similar ao restante do subcontinente, ou seja, “segue, desde a conquista e a colonização até o fim do século XIX o curso histórico que é comum à generalidade dos países da região”, porém, “continua, no transcurso do século XX uma trajetória particularmente diferenciada do resto da América Latina” (Idem, 1974, p. 35). Essa trajetória particularmente diferenciada resultava do começo das explorações petrolíferas no país, cuja exploração comercial em larga escala é iniciada em 1917 por companhias estadunidenses e anglo-inglesas. A descoberta desse recurso energético estratégico provocou imensas transformações no país. A primeira delas foi o declínio da atividade agrícola latifundiária, tanto pela migração dos capitais desse setor em direção a setores comerciais, bancários e imobiliários, como também pelos efeitos da desvalorização constante do bolívar e, finalmente, pelo impacto da crise de 1929 sobre os preços do café, até então o principal produto de exportação venezuelana. O declínio do setor agrário ampliou ainda mais a distribuição regressiva de renda no país, agravando as condições de miséria dos camponeses e incentivando a migração massiva em direção aos centros urbanos, principalmente, Caracas (Idem, 165-167).

A exploração petrolífera pelo capital estrangeiro produziu um crescimento aparente ou fictício, aprofundou ainda mais os laços de dependência. As enormes entradas de divisas que entravam pelo pagamento dos direitos de exploração, antes de financiarem o desenvolvimento da indústria de bens de capital, resultou no incremento das importações. O que se conhece como processo de industrialização de substituição de importações na América Latina, na Venezuela representou um tímido processo que começa por volta de 1945. Mas, devido às transformações na divisão internacional do trabalho e da hegemonia dos EUA no cenário internacional, a industrialização

substitutiva venezuelana foi simplesmente a prolongação do desenvolvimento capitalista no capitalismo central. Podemos entender o que o autor entende por *anti-desenvolvimento venezuelano* através do seguinte trecho:

“A formação socioeconômica da Venezuela exhibe no curso de seu comportamento contemporâneo, relações de dependência amarradas a um modelo de subordinação neocolonial. A exploração imperialista do petróleo constitui elemento determinante dessa dependência, ao mesmo tempo como fator de descapitalização e transtorno permanente da economia. A exploração petrolífera pelos consórcios internacionais constituíram e constituem a principal fonte geradora de conflitos em todas as ordens da vida nacional. O petróleo, assim concebido, tem recoberto o subdesenvolvimento do país e sua condição histórica de dependência com indumentária de progresso aparente. O falso desenvolvimento da economia venezuelana esconde as grandes contradições de estruturas, oculta o conteúdo do endividamento externo cumulativo, nega veladamente o desenvolvimento industrial integrado, omite a inequidade da distribuição de renda e recusa ou desconhece a raiz estrutural do desemprego” (Idem, p. 197).

Sem sombra de dúvidas trata-se de uma obra importante para a compreensão da formação econômico-social venezuelana, compreender que mesmo partindo de uma estrutura dependente comum, primário-exportadora resultante da herança colonial, as implicações da divisão internacional do trabalho e a dinâmica interna das classes sociais orientou as diversas nações latino-americanas no século XX a possibilidades distintas de desenvolvimento dependente. O caso venezuelano analisado por Mavalé Mata aponta com muitos detalhes a história de seu subdesenvolvimento, sobretudo pela natureza excepcional da exploração petrolífera e seus impactos sobre a economia, a sociedade e a política.

Ao contrário dos trabalhos apresentados nas páginas anteriores, voltados a fundamentação histórica do subdesenvolvimento venezuelano, o ensaio *Dialéctica del Subdesarrollo y Dependencia* se esforça em debater os conceitos de subdesenvolvimento

e dependência. O ensaio começa pela análise do desenvolvimento desigual do sistema capitalista mundial, onde “a dialética da expansão capitalista reside na polaridade de regiões com economias diferenciadas. (...) Os confins territoriais do subdesenvolvimento são, portanto, estabelecidos segundo a magnitude da intrusão imperialista nos espaços regionais caracterizados pela abundância de recursos naturais, a pobreza estrutural e o atraso das forças produtivas” (Idem, 1972, p.24). Mavalé Mata corrobora a visão de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são partes estruturantes do sistema capitalista mundial e que “o desenvolvimento econômico dos países altamente industrializados é, em parte considerável, produto da superexploração que realizam aqueles nas regiões subdesenvolvidas de estrutura dependente” (Idem, 25). Nesse sentido, para o autor “dependência e subdesenvolvimento são, em suma, sínteses, denotações que se aplicam na economia política do desenvolvimento desigual para significar genericamente o caráter de um modo de produção satelizado pelos polos de dominação imperialista” (Idem, 27).

Amparado em algumas categorias de Paul Baran e André Gunder Frank, como excedente econômico e a relação metrópole e satélite, Mavalé Mata considera que a reprodução da dialética desenvolvimento-subdesenvolvimento se fundamenta no fato de que

“os países capitalistas desenvolvidos embargam ou despojam aos países da periferia através da espoliação que comporta a extração intensiva e o intercâmbio desigual. Por sua vez os países subdesenvolvidos permanecem estruturalmente atrasados porque, além da exploração estrangeira direta que desnacionaliza suas riquezas, o intercâmbio desfavorável que mantêm com os países dominantes significa, em termos materiais o confisco de sua mais-valia territorial. O excedente efetivo gerado nas economias satélites se redistribui mediante as transferências de *valor realizado* em direção aos centros de capitalização imperialistas” (Idem, 25).

Por meio do investimento estrangeiro direto, a estratégia de dominação imperialista conduz os países subdesenvolvidos à modalidade de *capitalismo associado*,

cujo resultado é o estancamento relativo das economias receptoras e o fortalecimento da dependência. Para o autor a dependência não se limita apenas aos aspectos econômicos, senão que trata-se de uma *dependência estrutural* “cujo funcionamento determina não só as subtrações do excedente econômico efetivo senão também inumeráveis transtornos por via de alienações políticas, culturais, científicas e tecnológicas que intensifica a sujeição externa até mediatizar totalmente as estruturas básicas e institucionais do subdesenvolvimento” (Idem, p. 34-35).

Logo de definir a dependência estrutural, Mavalé Mata levanta a polêmica de que os estudos sobre a dependência têm iniciado valiosas contribuições à teoria e política latino-americanas, mas que mesmo com todo avanço sobre a temática, esses estudos têm se limitado a

“nada mais que o caráter e as formas que revestem na a atualidade o *conteúdo* quase invariável da dependência”. Além disso, as relações assimétricas entre países avançados e atrasados, “já havia sido objeto de análise crítica realizada à luz da teoria marxista-leninista do imperialismo em sua fase incipiente. Os estudos mais atuais não constituem, portanto, um tratamento original ou inovador, (...) senão um conjunto de reflexões que, a nosso juízo, conformam aportes adicionais” (Idem, p.36-37)

Tais considerações altamente polêmicas nos levam a entender que na ótica do autor, os estudos sobre a dependência naquele período eram basicamente conjunturais e apenas tangencialmente conseguiam apreender a estrutura quase invariável da dependência. Soma-se a essa natureza conjuntural o fato de que as linhas fundamentais sobre o fenômeno do subdesenvolvimento já haviam sido indicadas por Lenin em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Essas afirmações são apenas o ponto de partida para a crítica direta – em alguns casos indireta – a Theotônio dos Santos: “A base da tese de Theotônio dos Santos sobre a dependência está relacionada com o critério que nega a validade da teoria leninista do imperialismo para a análise da dependência em sua legalidade contemporânea” (Idem, 39-40). Dos Santos teria negado a validade das teorias clássicas do imperialismo por considerar que Lenin não teria focado as consequências

da exportação de capitais e do capital financeiro para os países atrasados. Logo, para dos Santos a teoria da dependência, ao ser conceituada e estudada em seus mecanismos e legalidade histórica própria seria o complemento necessário da teoria do imperialismo. A defesa da teoria leninista por Mavalé Mata pode ser sintetizada nos seguintes termos: “existem na teoria leninista do imperialismo importantes elementos doutrinários sem cuja compreensão não é possível desenvolver cientificamente a análise estrutural da dependência, tanto em seu conteúdo como em suas formas e caracteres mais contemporâneos” (Idem, p. 49).

Outro ponto que sugere a crítica indireta⁵ a Theotônio dos Santos encontra-se no uso generalizado da concepção de *novo caráter da dependência*. De acordo com Mavalé Mata “uma tendência predominante na atual literatura econômica e sociológica da América Latina define a *neodependência* pelo seu novo caráter e não por seu significado estrutural. Ou seja: fala de um novo caráter da subordinação e omite a essência da mesma” (Idem, p.50). O limite dessas concepções da *nova dependência* é sua incapacidade de explorar o conteúdo invariável da dependência, omitindo as relações essenciais que se encontram por debaixo das expressões meramente aparentes da nova situação. Ao final Mavalé Mata defende que “o caráter da dependência da América Latina, por novo que seja, é propriedade concreta do subdesenvolvimento regional sob uma definida condição histórica de subordinação estrutural” (Idem, 52).

Ainda que muito limitado à certas posições de Paul Baran e André Gunder Frank, este ensaio reflete algo que foi substancial à formação da teoria da dependência na América Latina: o debate constante com a produção da época. Como enfoque em construção e problema fundamental para os intelectuais daquele momento, era

⁵ Desconfiamos de que dos Santos seja o alvo indireto de tais críticas uma vez que, nas páginas anteriores Mavalé Mata se volte contra as considerações do sociólogo brasileiro sobre a teoria do imperialismo; pela coincidência ou não, o economista venezuelano lança seu ataque sequente à *nova dependência* – definição encontrada mais de uma vez no conjunto da obra de dos Santos (Cf Dos Santos, 2011).

indispensável conferir maior rigor conceitual à dependência, defender sua natureza simultaneamente científica e política no enfrentamento da realidade latino-americana.

6. Primeiro balanço do aporte venezuelano à dependência

Como estudo exploratório não foi possível aprofundar e estender demasiadamente os autores em questão, além do mais nos vimos obrigados a passar por alto por outros intelectuais que tiveram real contribuição ao enfoque venezuelano sobre a dependência. Nomes como José Antonio Mayorbe, Felipe Domingo Maza Zavala e Francisco Mieres foram apenas mencionados por conta dessas dificuldades apontadas. Surpreende a qualquer interessado sobre a formação da teoria da dependência a ausência de estudos – sejam sintéticos ou sistemáticos – sobre o enfoque venezuelano. A raríssima exceção é o livro recente de Héctor Silva Michelena – *El pensamiento económico venezolano* –, mesmo assim o livro não abarca plenamente a questão.

Consideramos necessário fazer o balanço do aporte venezuelano, vale destacar que se trata de um balanço provisório e restrito aos autores apresentados ao longo do texto. É bastante significativo que Armando Córdova já 1963 tenha buscado romper com o referencial teórico desenvolvimentista, o que reforça o caráter paradigmático do problema para a América Latina. No artigo redigido em parceria com Héctor Silva Michelena vemos o esboço da noção de dependência. Nesse momento a definição oferecida pelos autores para a dependência indica a violação da soberania dos países dependentes. As relações recíprocas entre as burguesias nacionais e estrangeiras são apontadas como associação de interesses, mas dada a concepção de violação da soberania, diversas vezes, fica claro que a dependência é aludida muito mais como fenômeno externo do que interno, a reciprocidade dialética e as possibilidades de políticas nacionais mais ou menos soberanas não são vislumbradas na conceituação dos autores. Em outros momentos fica a impressão de que a dependência guarda certa natureza mecânica, como uma forma que não passa diretamente pela mediação da

burguesia dos países dependentes, a dependência assume a forma de correia de transmissão dos interesses dos países imperialistas. Além do mais, não é nada clara a diferença entre a situação colonial e a dependente, dificuldade agravada pelo recurso à definições de pré-capitalismo, de feudalismo e semifeudalismo, tudo isso deixa escapar a especificidade do desenvolvimento capitalista dependente. Um dos méritos da discussão é que mesmo partindo da morfologia geral do atraso, os autores apontam as possibilidades de classificação das situações específicas de dependência, mesmo que sua tipologia não seja muito sofisticada conceitualmente.

O conjunto de textos de Hector Mavalé Mata nos indica o desenvolvimento da teoria da dependência no país – não se trata de aponta-lo como maior expoente, senão de perceber como era percebida a questão nos anos 1970. Sua obra mais conhecida, *Formación Histórica del Antidesarrollo em Venezuela*, vemos o intento de construir a estrutura dependente venezuelana historicamente, como processo de longa duração – principalmente pelas estruturas herdadas da colônia. Mas é justamente nesse intento que vemos a primeira limitação do aporte do autor, uma vez que frequentemente a dependência é apresentada como simples continuidade do colonialismo: “O curso da colonização – desde suas origens até sua entidade mais recente – jamais se interrompeu, nunca estacionou, sempre fluiu como processo transfigurado pela mudança de suas formas e a transferência de seu conteúdo” (1974, p.40-41).

Encontramos uma segunda limitação que se desdobra da primeira, já que muitas vezes o autor deixa entender que a dependência é apenas um fator externo, simplesmente resultado da exploração imperialista, assim como o foi o próprio colonialismo. A unilateralidade da dependência também é esboçada no ensaio de 1972: “o imperialismo implica dependência, e esta é o produto da penetração daquele nas formações de desenvolvimento inferior” (1972, p. 27). Falta no conjunto de sua obra a análise de classes em cada momento de desenvolvimento resultante da divisão internacional do trabalho, de como é estabelecida a acumulação de capital em nível nacional, como as

frações burguesas se organizam ao redor dos interesses do capital estrangeiro, como ocorre a exploração capitalista internamente dada as condicionantes da economia petroleira. São todas questões que ficam ofuscadas pela ênfase excessiva sobre o caudilhismo e as oligarquias.

É importante destacar que nem mesmo sua polêmica com Theotônio dos Santos ao redor do caráter da (nova) dependência não são capazes de apontar uma resolução, sua ênfase na visão histórico-estrutural não estão em todo equivocadas – na realidade foi uma preocupação presente na maioria dos integrantes do debate – o problema é que tal ênfase por si mesma não resolve o problema teórico e conceitual da dependência.

Ao considerarmos esses três autores percebemos – ainda que provisoriamente – que o que mais se difundiu na Venezuela não foi exatamente a *teoria da dependência*, mas a *noção da dependência*. Os intelectuais daquele país compartilharam uma série de preocupações comuns ao subcontinente como o subdesenvolvimento, as peculiaridades da formação econômico-social latino-americana e as possibilidades de se superar o atraso, a dependência. Mas muitas vezes seus enunciados não foram muito além do publicismo, das disputas políticas ao redor de *o que fazer* com a renda petroleira, das consequências da estrutura dependente. A presença da noção de dependência patente na caracterização da condição de dominação e exploração exercida pelos países imperialistas sobre a América Latina não deixa clara em que supera concepções como, por exemplo, o *neocolonialismo*.

7. Referências

BLOMSTRÖM, Magnus, HETTNE, Bjorn. *Development theory in transition*. The dependency debate and beyond: third world responses. London: Zed Books, 1984.

CÓRDOVA, Armando. “Reflexiones e impresiones sobre el pensamiento económico venezolano” in: *Revista Venezolana de análisis de coyuntura*, vol. XIII, nº1, 2007 (p.363-372).

CÓRDOVA, Armando e SILVA MICHELENA, Héctor. *Aspectos teóricos del subdesarrollo*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1973.

D’AGUIAR FURTADO, Rosa. “Um olhar pioneiro” in: FURTADO, Celso. *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo e ROSS ORELLANA, César. *Las ciencias económico sociales latinoamericanas en África Sudsahariana*. Santiago: Ariadna; Buenos Aires: CLACSO, 2009.

DOS SANTOS, Theotônio. *Imperialismo y Dependencia*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2011.

FURTADO, Celso. *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: dependência e integração*. Rio de Janeiro: Brasil Urgente, 1992.

MAVALÉ MATA, Héctor. “Rasgos Históricos de la Formación Económico-Social de América Latina” in: MAZA ZAVALA, Felipe D. (comp.) *Venezuela: economía y dependencia*. Caracas: Cabimas, 1971.

_____. “Dialéctica del subdesarrollo e dependência” in *Problemas del Desarrollo*, vol3, nº12, 1972.

MOMMER, Bernard e BAPTISTA, Asdrúbal. *El petróleo en el pensamiento económico venezolano*. Caracas: Ediciones IESA, 1987.

OURIQUES, Nildo. “Hacia una teoría marxista de la dependencia” In: MARINI, Ruy, MILLÁN, Mária (comps.). *La Teoría Social Latinoamericana tomo II*. Ciudad de México: El Caballito, 1994.

RIVAS AGUILAR, Ramón e HERNANDEZ, Rossana. “Domingo Maza Zavala y su aporte a la teoría de la dependencia” in: *Revista Venezolana de Ciencia Política*, nº29, 2006 (p.169-185).

SILVA MICHELENA, Héctor. *El pensamiento económico venezolano en el siglo XX: un postigo con nubes*. Caracas: Fundación para la Cultura Urbana, 2006.

SONNTAG, Heinz. *Duda/Certeza/Crisis*. La evolución de las ciencias sociales de América Latina. Caracas: Nueva Sociedad, 1988.